



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



LEI MUNICIPAL Nº 206 / 2.002.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2.003”.

ANIBAL FELICIANO, Prefeito Municipal de CANITAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais do Orçamento do Município

Artigo 1º - Em conformidade com o artigo 146, § 3º, c.c. o artigo 149, inc. II, da Lei Orgânica do Município e com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, esta Lei fixa diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.003.

Artigo 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para 2.003 será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei, ao artigo 146 da Lei Orgânica do Município, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, à Constituição Estadual no que couber e às recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Artigo 3º - A proposta orçamentária do Município para 2.003 conterà:

- I** – os programas da administração pública municipal com suas respectivas prioridades e metas, conforme detalhadas em Anexo desta lei;
- II** – os programas de duração continuada, inclusive de investimentos, buscando a **melhoria e a universalização dos serviços públicos**;
- III** – as ações necessárias à manutenção das atividades dos órgãos da administração pública municipal.

Artigo 4º - Na fixação da despesa e estimativa da receita, a lei orçamentária observará os seguintes princípios:

- I** – eficiência e eficácia na gestão dos recursos;
- II** – recuperação na capacidade do Município na formulação de ações estratégicas;
- III** – melhoria na competitividade da economia municipal;
- IV** – ênfase na redução da desigualdade social e na geração de emprego e renda;
- V** – austeridade na gestão dos recursos públicos;
- VI** – modernização na ação governamental;
- VII** – equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução;

Artigo 5º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2.003, até o último dia útil do mês de julho de 2.002, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, observadas as determinações contidas nesta lei.

Artigo 6º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Artigo 7º - Os créditos suplementares abertos por Decreto do Executivo, quando destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativos a débitos constante de precatórios judiciais, serviços de dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, não onerarão o limite autorizado na lei orçamentária.



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



CAPÍTULO II Da elaboração da Proposta Orçamentária

Artigo 8º – A proposta orçamentária do Município para 2.003 observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2.002, contendo:

- I – mensagem;
- II – projeto de lei orçamentária;
- III – demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e as despesas, de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Artigo 9º – A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual deverá explicitar:

- I – as eventuais alterações, de qualquer natureza, e as respectivas justificativas, em relação às determinações contidas nesta lei;
- II – os critérios adotados para estimativa das fontes de recursos para o exercício;
- III – os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, na forma do disposto no artigo 255 da Constituição do Estado, incluindo os gastos com inativos;
- IV – a compatibilização das prioridades constantes da proposta orçamentária com as aprovadas nesta lei;
- V – demonstrativo da alocação de recursos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde, de que trata a Emenda Constitucional nº 29, incluindo os gastos inativos.

Artigo 10 – A proposta orçamentária será organizada segundo a classificação funcional da despesa, por função e sub função, definidas segundo a Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2.001, combinado com os programas constantes do Plano Plurianual aprovado na forma da Lei nº 188 de novembro de 2.001.

§ 1º – As metas dos programas de que se trata este artigo, detalhadas no Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, estarão condicionadas aos limites permitidos pela receita estimada.

§ 2º – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2.002 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 3º – A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão as normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29/08/2.001 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Artigo 11 – Integrarão e acompanharão a lei orçamentária anual os seguintes demonstrativos:

- I – da receita por fonte; da despesa por categoria econômica, e respectivos grupos, segundo os orçamentos; e, da despesa por programas;
- II – da despesa até o nível de atividade e de projeto, segundo os grupos de despesa, por órgão da administração direta, autarquia, fundação e empresa dependente, por unidade orçamentária, identificando as fontes de recursos;
- III – da despesa por função, sub função e programa conforme os vínculos de recursos; e,
- IV – das receitas previstas para as fundações, autarquias e empresas dependentes.

Artigo 12 – Na elaboração da proposta orçamentária para 2.003, a projeção das despesas com pessoal e encargos, observará:



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



- I – os quadros de empregos e funções a que se refere o artigo 91, § 7º, da Lei Orgânica do Município;
- II – os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Artigo 13 – As movimentações do quadro de pessoal e as alterações salariais, de que trata o artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, somente correrão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Artigo 14 – O processo de elaboração de lei orçamentária para 2.003 contará com ampla participação popular, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas.

§ 1º - Além das iniciativas mencionadas no “caput” deste artigo, o Poder Executivo poderá ainda realizar uma audiência pública geral, inclusive com a utilização dos meios eletrônicos disponíveis.

§ 2º - As audiências serão divulgadas e realizadas em datas estabelecidas pelo Poder Executivo, e sob os critérios por este fixado.

Artigo 15 – As despesas com publicidade deverão ser destacadas na classificação funcional de cada órgão, sob a denominação que permita a sua clara identificação.

Artigo 16 – Serão previstas na lei orçamentária anual as despesas específicas para formação, treinamento, desenvolvimento e reciclagem de pessoal, bem como as necessárias à realização de certames, provas e concursos, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção, acesso e outras formas de modalidade funcional previstas nas leis que tratam dos Planos de Cargos e Salários e dos Planos de Carreiras do Município.

Artigo 17 – A Lei Orçamentária, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, somente incluirá novos projetos se já estiverem adequadamente contemplados aqueles em andamento, conforme detalhamento constante do “Anexo de Prioridade de Metas” desta lei.

Artigo 18 – A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, identificada pelo código 9.9.99.99.99 constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo 0,75% da Receita Corrente Líquida.

CAPÍTULO III Das Metas Fiscais

Artigo 19 – A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Artigo 20 – As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal, na conformidade de Anexo II, que dispõe sobre as Metas Fiscais.

§ 1º – Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III – a expansão de número de contribuintes;

PREI

Registre

Public

Pre

C



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



IV – a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas;

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do município;

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

§ 5º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Artigo 22 – O Poder Executivo é autorizado a :

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI do artigo 167, da Constituição Federal;

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Artigo 23 – Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar, até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e, se não atingidas, deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara Municipal;

III – Emitirá no final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara dos Vereadores;

IV – Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, parecer do T.C.E – Tribunal de Contas do Estado, serão amplamente divulgados, inclusive na Internet e ficará a disposição da comunidade;

CAPÍTULO IV

Das Propostas de Alteração da Legislação Tributária

Artigo 24 – O Poder executivo enviará à Câmara Municipal, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

II – revisão das alíquotas dos tributos com o objetivo de gerar recursos, bem como adequá-las ao conceito de progressividade;

III – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais.

IV - Imunidade tributária sobre imóveis destinados à implantação de conjunto habitacionais, até sua concretização e comercialização.

Registro
Public
e Pro



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



CAPÍTULO V

Da Administração da Dívida e Captação de Recursos

Artigo 25 – A Administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I – mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais.

a – ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b – aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo Municipal;

c – à antecipação de receita orçamentária.

II – mediante alienação de ativos:

a – ao atendimento de programas sociais;

b – ao ajuste do setor público e redução do endividamento;

c – à renegociação de passivos.

Artigo 26 – Na lei orçamentária anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida, serão fixadas com base apenas nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal.

Parágrafo Único – O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária de 2.003.

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, sistemática de reajuste e cronograma de pagamento de amortização e serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo com a previsão de pagamentos dos serviços da dívida para 2.003, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Artigo 27 – Observado o disposto no artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, caso seja necessário proceder à limitação de empenho e movimentação financeira, para o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no “Anexo de Metas Fiscais” desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente., calculada de forma proporcional à participação de cada Poder.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, o correspondente montante que caberá a cada um na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhada, da devida memória de cálculo e da justificação do ato.

§ 2º - O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo o montante que, calculado na forma do “caput” deste artigo, caberá na limitação de empenho e movimentação financeira.

Artigo 28 – Na ocorrência de despesas resultantes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandam alterações orçamentárias dos programas contemplados no Plano Plurianual, aprovado em forma da Lei nº 188, de 26 de novembro de 2.001, e no Anexo de Prioridades e Metas desta lei, aplicam-se às disposições do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Parágrafo Único – Consideram-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nas letras "a" dos incisos I e II do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

- Artigo 29** – A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos, deverá observar o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.
- Artigo 30** – Visando aprimorar o controle, o acompanhamento e a permanente avaliação das despesas de custeios, o Poder Executivo deverá estabelecer parâmetros de preços, relativos à contratação de serviços terceirizados de caráter continuado, e desenvolver sistemas eletrônicos para aquisição de materiais, de bens e serviços.
- Artigo 31** – O Poder Executivo, através de seu órgão central de planejamento, desenvolverá metodologia para acompanhamento dos programas constantes do Plano Plurianual e do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, com o objetivo de viabilizar, dentre outras, a demonstração do custo de cada meta proposta.
- Artigo 32** – Para os efeitos de cumprimento do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, integram esta lei o Anexo de Metas Fiscais.
- Artigo 33** – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício de 2.003, fica esse Poder autorizado a realizar a proposta orçamentária até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.
- Artigo 39** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de CANITAR, 28 de julho de 2.002


Anibal Feliciano
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL
CANITAR - SP**

Registrado nesta Secretaria sob nº
011, fls. 08, Livro nº 01
Publicado por afixação na Câmara
e Prefeit. Municipal - Art. L.O.M.
Canitar, 28 / 06 / 2002



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



ANEXO I (Lei de Diretrizes Orçamentária nº 206/2002)

Estrutura Orçamentária

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
01	1.01	CÂMARA MUNICIPAL Câmara Municipal
02	2.01 2.02	PODER EXECUTIVO Gabinete do Prefeito Assessoria Técnica
03	3.01 3.02 3.03	SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS Gabinete Departamento de Contabilidade Departamento de Tesouraria
04	4.01 4.01.01 4.01.02 4.01.03 4.01.04	SECRETARIA MUN. EDUC. CULTURA/ESP. E TURISMO Departamento de Educação Ensino Fundamental Merenda Escolar Educação Infantil Ensino Fundamental
05	5.01 5.02	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL Departamento da Saúde Departamento de Assistência Social
06	6.01 6.02 6.03 6.04	SECR MUN DE OBRAS SERV AGRIC M. AMBIENTE Departamento de Limpeza Pública Departamento de Obras Departamento Serv. Estr. Rod. Municipal Serviço de Água e Esgoto
07	7.1	SECRET MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Departamento de Agricultura

PREFEITURA MUNICIPAL
CANITAR - SP

Registrado nesta Secretaria sob nº
011, fls. 08, Livro nº 01.
Publicado por afixação na Câmara
e Prefeit. Municipal - Art. L.O.M.
Canitar, 28 / 06 / 2002

Pref. Munic. Canitar, 28 de junho de 2002.


Anibal Feliciano
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



ANEXO II

(Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 206/2002)

PROGRAMAS DE GOVERNO

Órgão / Programas	Objetivos e Metas
1 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.01 - Reequipar as Instalações do Legislativo	- Dotar a Câmara Municipal de Veículos, Móveis e utensílios no sentido de melhorias nas condições de trabalho
01.01 – Construção do Prédio da Câmara Municipal	- Dotar a Câmara de melhores instalações
02 – PODER EXECUTIVO	
02.01.01 – Construção do Paço Municipal	- Dotar o Executivo de melhoria em suas instalações.
02.01.02 – Reequipar as instalações do Gabinete	- Equipar as várias unidades Administrativas com veículos, móveis e equipamentos, visando a melhoria dos serviços.
02.01.03 – Aquisição de imóveis	- Desapropriação de áreas para construção de próprios municipais, instalação de Distrito Industrial, loteamentos residenciais populares
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.01 – Reequipar Secretaria de Administração e Finanças	- Dotar a Secretaria da Administração e Finanças dos equipamentos necessários, às suas atividades, com móveis e utensílios tornando-os mais eficiente.
03.02 – Controle Interno	- Realizar escrituração Contábil Financeira e Patrimonial do Município, no sentido de observar os princípios da legalidade, legitimidade e aplicação das subvenções e Remunerações de Receitas nos Termos dos artigos 31 e 70 da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC/CULT/ESP E TURISMO	
04.01.02 – Construção do Prédio para Cozinha Piloto	- Dotar a unidade com cozinha piloto, padaria para oferecer melhores alimentações, e condições de estudo.
04.01.02 – Reequipar a Merenda Escolar	- Equipar a unidade com móveis, utensílios e equipamentos com melhorias das condições de trabalho.
04.01.03 – Aquisição de Imóveis	- Desapropriação de áreas para construção de Escolas de Ensino Infantil.
04.01.03 – Reequipar o Ensino Infantil e Creches.	- Equipar as unidades com móveis, utensílios e equipamentos com melhorias das condições de trabalho.
04.01.04 – Construção e Reparo em Prédios Escolares	- Desenvolver em cooperação com o Estado a construção e reparos de prédios escolares dentro do Programa FUNDEF.
04.01.04 – Reequipar as Escolas	- Dotar as unidades com móveis, utensílios, veículos visando a melhoria de trabalho.
04.04.04 – Aquisição de Imóveis	- Desapropriação de áreas para construção de Escolas de Ensino Fundamental.
	- Dotar o Município com quadras esportivas e campo de futebol, reformas e ampliação para atender e incentivar a prática



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



04.02.01 – Construção, Reforma e ampliação de Quadras Esportivas e Campo de Futebol	- Dotar as unidades Esportivas com equipamentos, móveis, utensílios para melhoria das condições e trabalho.
04.02.02 – Reequipar as instalações esportivas.	- Dotar as unidades com equipamentos móveis, utensílios, livros para a difusão cultural e turística e melhoria das condições de trabalho.
04.03.01 – Reequipar as instalações de Cultura e Turismo	- Desapropriação de áreas para cultura e turismo
04.03.02 – Aquisição de Imóveis	- Criação de Biblioteca Pública Municipal

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01.01 – Construção e reparos em prédios da unidade da saúde	- Construir e modernizar e ou ampliara as unidades existentes no sentido de oferecer condições aos munícipes e melhoria do seu atendimento.
05.01.02 – Reequipar a unidade de saúde	- Equipar a unidade com móveis, equipamentos, veículos, aparelhos cirúrgicos, tornando-os mais eficiente.
05.02.01 – Ref. Construção e Ampliação de creches, Abrigos.	- Dar alimentação, assistência médica, educacional as crianças carente.
05.02.02 – Reequipar a Área Social	- Equipar com veículos, equipamentos, móveis, para melhorias das condições de trabalho.
05.02.02 – Construção e ou ampliação de prédios para instalação de cursos profissionalizantes, abrigos e demais unidades relacionas a área social	- Dotar os munícipes com instalação de cursos profissionalizantes, abrigos e demais unidades relacionadas a área social para melhorar as condições de vidas.
05.02.03 – Aquisições de Imóveis	- Desapropriação de áreas para o social.
05.02.04 - Construção ou adaptação de um prédio para Velório Municipal	

06 – SECRETARIA MUNIC DE OBRAS, SERV, AGR E MEIO AMBIENTE

06.01 – Reequipar o Departamento de Limpeza Pública	- Dotar o Departamento com móveis, utensílios, ferramentas, veículos, visando a melhoria de trabalho
06.02.01 – Pavimentação de vias urbanas.	- Pavimentar vias urbanas nas ruas, bairros, desprovidos deste melhoramento.
06.02.02 – Guias e Sarjetas	- Melhorar as condições habitacionais nos bairros desprovidos deste melhoramento.
06.02.03 – Galerias	
06.02.04 – Extensão da Rede Elétrica	- Coordenar projetos de iluminação Publica e atendimento domiciliar de energia elétrica em áreas que não sejam dotadas deste melhoramento
06.02.05 – Construção de Praças, Áreas de Lazer, Reparos em próprios municipais	- Ampliar as áreas verdes do município no sentido de oferecer melhores condições de vida à população e reparos em próprios dos já existentes.
06.02.06 – Construção de um Terminal Rodoviário	- Dotar o Município de Terminal Rodoviário, oferecendo aos usuários maior conforto.
06.02.07 – Reequipar o Departamento de Obras	- Reequipar a unidade com móveis, utensílios e equipamentos, veículos, para melhoria das condições de trabalho.
06.03.01 – Obras de Arte e Restauração de Rodovias	- Planejar, executar a construção e melhoramentos, obras de arte, estradas vicinais, para melhoria das condições de tráfego e escoamento da produção agrícola.
06.03.02 - Reequipar o Departamento	- Dotar unidade com móveis, utensílios, veículos e



Prefeitura Municipal de Canitar

CNPJ 57.264.517/0001-05



de Serviço de Estradas Rod. Municipal	mentos para melhoria do Departamento de Estradas.
06.04.01 - Extensão da Rede melhora- mento de Água e Tratamento de Esgoto 06.04.01 - Perfuração de poços artesia- nos	- Extensão da rede de água e esgoto para oferecer melhores condições de vida a população em áreas que não sejam dota- das de tais melhoramentos. - oferecer melhores condições de vida a população em áreas que não sejam dotadas de tais melhoramentos.
06.04.02 - Reequipar o serviço de Água e Esgoto	- Dotar a unidade com móveis, utensílios, ferramentas, equi- pamentos para melhoria do Serviço de Água e Esgoto.

07 - SECRETARIA MUNIC DE AGRIC E MEIO AMBIENTE

7.01 - Reequipar o Departamento de Agricultura	- Dotar o Departamento de agricultura de móveis, equipamen- tos, ferramentas, utensílios no sentido de melhorar as condi- ções de trabalho.
07.01.02 - Obras e Instalações	- Construção de Próprio Municipal

Pref. Munic. Canitar, 28 de junho de 2.002.

Anibal Feliciano
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
CANITAR - SP

Registrado nesta Secretaria sob nº

011, fls. 08, Livro nº 01

Publicado por afixação na Câmara
e Prefeit. Municipal - Art. L.O.M.

Canitar, 28 / 06 / 2002